

A variação linguística nos livros didáticos de língua portuguesa: onde está o Nordeste?

Maria Luzia Barros de Andrade
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

O tratamento da variação linguística nos livros didáticos vem sendo amplamente discutido ao longo dos anos e as recentes coleções vêm difundindo reflexões sobre o preconceito linguístico, os estigmas sociais e a variação. Entretanto, ainda é possível perceber algumas inconsistências teóricas voltadas à temática, mediadas pela falta de embasamento acerca da teoria da Sociolinguística, proposta por Coelho, Gorski, May e Souza (2012) e Bagno (2013). Dessa forma, elucidamos, neste trabalho, a análise das seções voltadas à variação linguística em um livro didático, pertencente à rede privada de ensino, publicado no ano de 2020. Tomamos como enfoque não só os conceitos relacionados à variação, mas também a maneira como as variedades nordestinas são tratadas nesta obra. Temos como objetivo analisar se o estigma linguístico ou a ausência dessas variantes ainda se fazem presentes no livro didático. Além disso, observamos, na discussão sobre variação linguística, qual a relação entre as perspectivas teórico-pedagógicas na BNCC e no livro didático de língua portuguesa. As concepções teóricas para a discussão sobre livro didático partem de Bunzen (2005), (2001) e Silva e Rocha (2019) e, como mencionado acima, os aspectos linguísticos partem da teoria Sociolinguística, retomadas por Bagno (2013), BOCHENEK (2013), MONTEIRO (2000) e COELHO, GORSKI, MAY e SOUZA (2012).

Palavras-chave: Sociolinguística; livro didático; variantes nordestinas.

ABSTRACT

The treatment of linguistic variation in textbooks has been widely discussed over the years and recent collections have been disseminating reflections on linguistic prejudice, social stigmas and the variation. However, it is still possible to perceive some theoretical inconsistencies related to the theme, mediated by the lack of foundation on the theory of Sociolinguistics, proposed by Coelho, Gorski, May and Souza (2012) and Bagno (2013). In this way, we elucidate, in this work, the analysis of the sections focused on linguistic variation in a textbook, belonging to the private education network, published in 2020. We focus not only on the concepts related to variation, but also on the way in which the northeastern varieties are treated in this work. We aim to analyze whether the linguistic stigma or the absence of these variants are still present in the textbook. Furthermore, in the discussion on linguistic variation, we observed the relationship between the theoretical-pedagogical perspectives in the BNCC and in the Portuguese language textbook. The theoretical conceptions for the discussion of textbooks come from Bunzen (2005), (2001) and Silva and Rocha (2019) and, as mentioned above, the linguistic aspects of variation come from the Sociolinguistic theory, taken up by Bagno (2013), BOCHENEK (2013), MONTEIRO (2000) and COELHO, GORSKI, MAY and SOUZA (2012).

Keywords: Sociolinguistics; textbook; northeastern variants.

1. INTRODUÇÃO

A análise e a discussão acerca dos livros didáticos de língua portuguesa (doravante LP) são pautas presentes nos estudos do campo da educação há muitos anos. Esse enfoque se dá pois, como aponta Bunzen (2005, p. 5), “os livros didáticos de português são peças fundamentais para um conjunto de práticas escolares que envolvem tanto o trabalho docente como relações mais amplas com a cultura escrita.” E levando em consideração que, em algumas instituições de ensino, apenas esse recurso é utilizado ao longo do fazer pedagógico, torna-se imprescindível estudá-lo e discuti-lo.

Assim, como postulado por Bunzen (2005), consideramos também esse material como um gênero discursivo, que

(...) vem atender a interesses de uma esfera de produção e de circulação e que, desta situação sócio-histórica de produção, retira seus temas (os objetos de ensino carregados de valor ideológico), formas de composição para uma expectativa interlocutiva específica (professores e alunos das escolas públicas e privadas, o editor, os avaliadores do Ministério) e um estilo didático próprio (p. 13).

A respeito desses objetos de ensino carregados de valor ideológico, sabe-se que, apesar de haver uma ampla discussão a respeito da variação linguística e da necessidade de respeito às heterogeneidades nas interações e espaços sociais, como, inclusive, apontado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como uma necessária reflexão que está presente nos “conhecimentos linguísticos [que] operam em todos os campos/esferas de atuação” (2018, p. 81), infelizmente, ainda é possível perceber que a análise linguística nas escolas carece de algumas reformulações quanto à descrição de elementos lexicais. Afinal, importantes nomes nos estudos da linguagem como Bagno (1999), Faraco (2008) e Koch (1997) já apontaram, ao longo dos anos, que o estudo metalinguístico não deve partir de uma imposição de regras idealizadas, prescritivas e descontextualizadas, que condenam e escondem qualquer tipo de variação. Essa prática, que é equivocada e essencialmente tradicional, muitas vezes, não só é reforçada pela escola, como também pela família, que enfatiza a ideia de que a disciplina de língua portuguesa é sinônimo de ensino de gramática normativa e de tradicionalismo linguístico.

Como discutido por Bagno (2013, p. 50), “para o leigo, ou seja, para a retumbante maioria das pessoas, a língua é, antes de qualquer outra coisa, uma instituição social e cultural”, e isso a torna um código de comportamento que todos precisam assumir para ocuparem determinados espaços na sociedade. Dessa maneira, qualquer variação que se distancia desse ideal é posta de maneira estigmatizada ou, então, colocada por alguns profissionais da educação como “não existente”.

Esse pressuposto ainda é atual por questões ideológicas que, “além de desvalorizar a fala que identifica o aluno a sua comunidade, como se esta fosse formada de incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde a nenhuma de suas variedades, por mais prestígio que uma delas possa ter.” (BRASIL, 1998, p. 31) Por isso, objetivamos discutir, através de uma perspectiva sociolinguística variacionista – constituída a partir dos trabalhos pioneiros do

americano William Labov na década de 1960 –, acerca da variação linguística no ensino de português, tomando como principal objeto de estudo as variantes nordestinas que, historicamente, foram recepcionadas como construções linguísticas marginalizadas. E apesar de ser instituída como temática imprescindível pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) desde 1998, a variação linguística ainda apresenta muitas inconsistências teóricas e metodológicas nos gêneros discursivos didáticos, como apontado por Marcos Bagno (2013) no livro “Sete Erros aos Quatro Ventos”, a exemplo, a falsa sinonímia entre culto e padrão, a desconsideração da variação estilística, o padrão como “variedade”, entre outros erros.

Analisamos, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, algumas seções de um livro didático referente ao ano de 2020. Ele foi selecionado através da experiência empírica que ocorreu ao longo da formação profissional: a atuação como professora na rede privada de ensino. Essas escolhas se deram a fim de observarmos o que é postulado pelo documento normativo que rege o sistema educacional brasileiro (Base Nacional Comum Curricular) acerca da variação linguística e o que, de fato, aparece na produção didática. Nossa principal motivação é decorrente da observação da presença caricata ou ausência das variantes nordestinas nesse material que são demasiadamente importantes para o processo de letramento dos estudantes de todo o Brasil, “de modo a proporcionar um estudo capaz de levar o aluno ao domínio da maior quantidade possível de registros linguísticos diversos, o que, acredita-se, o auxiliará na tarefa de exercer plenamente uma cidadania mais autônoma e menos sujeita a relações de conflito.” (BOCHENEK, 2013, p. 185).

Sabe-se que os falantes da região Nordeste receberam, ao longo das décadas, diversos elementos imagéticos estigmatizados através de (pre)conceitos socioculturais estabelecidos por outras regiões, como apontado pelo livro “Preconceito Linguístico: o que é, como se faz” de Marcos Bagno (1999). Como afirma Albuquerque (2006),

definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente sempre na natureza (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p.24)

Dessa maneira, observar a regularidade de textos caricatos que são remetidos à figura do nordestino ou perceber a ausência de variantes nordestinas reais nos livros didáticos é uma tarefa de simples percepção que necessita ser repensada. Afinal, como já analisado por diversos autores, a exemplo Bagno (2013), há sim um nordeste caricato nesses gêneros discursivos.

Essa visão pouco adequada do fenômeno é o que explica a insistência dos LD em apresentar como exemplos de variação linguística tirinhas do personagem Chico Bento, letras de música de Adoniran e Luís Gonzaga e os poemas de Patativa não são representações fiéis das variedades linguísticas que eles supostamente veiculam. (2013, p. 83)

Assim, refletir sobre a relação entre os documentos normativos e o tratamento da variação linguística no livro didático (tomando como enfoque a observação das

variantes nordestinas) se torna o nosso objetivo principal desta pesquisa. Por isso, apontamos três questões centrais que foram respondidas ao longo de nossa pesquisa:

1. De que modo são didatizadas as discussões sobre as variantes linguísticas? Os exemplos, os autores e os dados (gráficos, tabelas etc.) colocados ao longo do livro trazem as variantes nordestinas como ponto de partida/enfoque para a discussão?
2. Na discussão sobre variação linguística, qual a relação entre as perspectivas teórico-pedagógicas no documento normativo nacional (Base Nacional Comum Curricular) e no livro didático de LP?
3. A variação fonético-fonológica é abordada nas discussões sobre variação linguística? Existe algum embasamento teórico-fonológico didatizado para explicar as variantes regionais? Se sim, o Nordeste aparece? E de que modo aparece?

2. JUSTIFICATIVA

Ao longo das leituras feitas para a confecção desta pesquisa, foi possível perceber que, apesar da existência de trabalhos que discutam acerca do tratamento da variação linguística no livro didático, a exemplo COELHO (2007) e BELINI e SOUSA (2013), a discussão sobre as variantes nordestinas não são o enfoque tomado no decorrer dessas produções. Por isso, pensando em contribuir para o debate através da perspectiva teórica da sociolinguística, iremos, nesta pesquisa, desenvolver os apontamentos sobre a temática. Sabe-se que “o nordestino é uma figura que vem sendo desenhada e redesenhada por uma vasta produção cultural, desde o começo deste século” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p.30), e essa figura impacta, também, na maneira de aprender do discente, que pode se afastar do objeto de estudo por falta de identificação e não-percepção de variantes reais e coerentes.

Além disso, repensar os materiais didáticos que são utilizados no ensino também faz-se necessário, pois refletir sobre a maneira como se dá o acesso à informação é importante para que certos aspectos desses recursos didáticos sejam repensados e reelaborados, através de uma perspectiva linguística coerente e atualizada. Como postula o PNLD (2021),

para serem aprovadas, também devem estar livres de outras formas de discriminação, de violência ou de violação aos direitos humanos. Devem representar a diversidade cultural social, histórica e econômica do país, promover positivamente a imagem da mulher, de afrodescendentes, quilombolas, povos indígenas e povos do campo, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, no intuito de valorizar seus saberes e sua cultura, para garantir-lhes visibilidade e protagonismo. As obras devem, ainda, representar a diversidade histórica, econômica, política, demográfica e cultural do Brasil e as diferenças em relação à diversidade de outros povos, a fim de subsidiar a análise crítica, criativa e propositiva da realidade brasileira em comparação com a do resto do mundo. (BRASIL, 2021, p. 18)

Dessa maneira, pensando em apresentar e debater, através da língua, a diversidade histórica, econômica, política, demográfica e cultural do país, a discussão

sobre variação linguística deve ser produzida de maneira cuidadosa, pensando nas diferentes realidades sociais e linguísticas.

3. OS APARATOS TEÓRICOS

Em relação aos aparatos teóricos que discutam acerca da linguagem de maneira contextualizada e considerando o social como um dos elementos necessários para a análise, a sociolinguística variacionista, desenvolvida por William Labov (1972), consegue trazer elementos teóricos necessários para os nossos objetivos nesta pesquisa. Como apontado por Monteiro (2000),

[...] a sociolinguística analisa os aspectos sociais com o intuito de compreender melhor a estrutura das línguas e seu funcionamento. Por sua vez, a sociologia da linguagem busca alcançar um melhor entendimento da estrutura social através do estudo da linguagem. A diferença, em última análise, é uma questão de ênfase, conforme o pesquisador esteja mais interessado pela linguagem ou pela sociedade. (MONTEIRO, 2000, p. 28).

Labov (1972), ao postular a teoria da sociolinguística variacionista, foi de encontro ao gerativismo e ao estruturalismo, que olhavam para a língua desconsiderando as relações sociais e a presença da variação, inerente a qualquer comunidade de fala. Segundo os sociolinguistas, essa comunidade produz estruturas heterogêneas que compõem a competência linguística dos indivíduos. Assim, essa heterogeneidade não é vista de maneira desordenada e disfuncional, mas como mudanças sistemáticas que variam de acordo com fatores internos e externos.

Os fatores internos são tidos como características inerentes à língua, ou seja, os elementos fonético-fonológicos, morfológicos ou sintáticos, que se referem à estrutura. Já os fatores externos focalizam os aspectos sociais e interacionais da linguagem, como, por exemplo, sexo, classe, idade, estilo, etnia etc. Em nossa análise, observamos como ambos os fatores são tratados nas seções voltadas à temática da variação linguística no livro didático. Observamos se os conceitos não se confundem e se as proposições dos exercícios de fato refletem sobre a variação como um fato linguístico natural que ocorre através de mudanças linguísticas e sociais.

Devemos lembrar que a Sociolinguística não se caracteriza como “o uso da língua com o propósito exclusivo de descrevê-la, mas o estudo do uso da língua no sentido de verificar o que ela revela sobre a estrutura linguística (langue)”. (COAN e FREITAG, p. 176) Essa noção é necessária para que possamos entender que a linguística laboviana debruça-se sobre as possíveis mudanças refletindo sobre as variedades linguísticas presentes na comunidade de fala, ou seja, “dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas com o mesmo valor de verdade constituem-se como variantes de uma mesma variável (regra variável).” (COAN e FREITAG, p. 176)

Assim, pensando nos conceitos de variação e variedade, faz-se necessário compreender que

Também frequente na maioria das coleções é a consideração inadequada da norma-padrão (erroneamente designada como “norma culta”) como uma “variedade” (ou “variante”) de língua (definida como a que goza de “maior

prestígio na sociedade” ou que aparece em “textos formais”). (BAGNO, 2013, p. 80)

Essa concepção encontra-se equivocada, pois pensar em uma norma é olhar para a língua de maneira ilusória e ideal. Essa noção de uma língua inalterada e tida como “pura” retoma os ideais de “certo e errado”, que já foram superados pela sociolinguística a partir de termos mais convencionais como “adequado e inadequado” ou “em acordo e em desacordo”. Ou seja, ao discutirmos sobre as variantes de prestígio, faz-se necessária a utilização do termo “variedade culta” ou “norma culta”, como apontado por Bagno (2013). Além disso, reconhecer a diferença entre variação e variante (variável) é essencial para nossa discussão. A variável trata-se das formas as quais disputam, sincronicamente, uma posição de prestígio na língua, e essas variáveis sofrem o processo de variação a partir do mesmo contexto linguístico com o mesmo valor referencial. Para exemplificar tal conceito, Coelho, Gorski, May e Souza (2012) apontam os casos da primeira pessoa do plural, que possuem as variáveis “nós” e “a gente” como concorrentes.

Chamamos de variável o lugar na gramática em que localizamos variação, de forma mais abstrata – no caso, a variável com a qual estamos lidando é a da expressão pronominal da segunda pessoa do singular. Chamamos de variantes dessa variável as formas individuais que “disputam” pela expressão da variável – no caso, os pronomes tu e você. Outro exemplo de variável no sistema pronominal do PB é a expressão da primeira pessoa do plural, cujas variantes são os pronomes nós e a gente. (COELHO, GORSKI, MAY e SOUZA, 2012, p. 26)

A respeito das posições de prestígio e estigma que essas variantes ocupam na sociedade, a teoria Laboviana discute acerca dos condicionadores linguísticos e sociais, que são também tratados por variáveis independentes (ou grupos de fatores). Esses grupos de fatores são determinados por questões de ordem interna e, principalmente, externa da língua. Afinal, o impacto histórico e cultural dos elementos linguísticos reforça preconceitos e estereótipos que percorrem esferas regionais e socioeconômicas e que podem conduzir à extinção da forma estigmatizada ou podem ter um prestígio que varia de grupo para grupo. A exemplo, o fonema /e/ átono final pronunciado como [e] (e não como [ɛ]), como em “leite quente” – forma encontrada na variedade paranaense e de parte do oeste catarinense e gaúcho.

Isso reflete uma face da variação pela qual a Sociolinguística também se interessa: a do significado social das variantes. A concordância tu vai, apesar de também não fazer parte da variedade padrão do português, em certas regiões já se encontra amplamente difundida por diversas camadas socioeconômicas. [...] Ou seja, não há nada intrínseco ao fenômeno de variação observável nos três exemplos acima que faça com que um seja “melhor” que o outro. O que distingue as sentenças é o valor atribuído a um estrato da sociedade que usa (ou que imaginamos que usa) certas construções e não outras.” (COELHO, GORSKI, MAY e SOUZA, 2012, p. 31)

Esses condicionadores são postulados a fim de percebermos que há uma relação entre o social e o linguístico e que, a depender do nível de consciência que o falante possui sobre determinada variável, existem os julgamentos sociais conscientes e inconscientes acerca da variação linguística. Labov (1972) distingue três tipos de elementos para esses julgamentos sociais: os estereótipos, os marcadores e os indicadores. Os estereótipos são traços marcados socialmente de maneira

consciente, isto é, eles geram estigmas sociais que podem acarretar, inclusive, o desaparecimento de algumas variantes em decorrência de tal consciência dos falantes. Além disso, podem ser vistos de maneira positiva ou negativa, de acordo com a percepção dos grupos sociais diante do que está sendo dito. Esses estereótipos estão, muitas vezes, relacionados à identidade dos falantes de acordo com sua variação regional. A exemplo da variante da região metropolitana do estado de Pernambuco, que apresenta [ʃ] em posição final de sílaba e que gera, em certos falantes, uma percepção negativa diante dos que usam [s] em posição final de sílaba. Acerca dos marcadores, são traços estilísticos que são julgados de maneira inconsciente, ou seja, são estratificações sociais que podem ser observadas de maneira subjetiva através de uma avaliação pessoal acerca de alguns contextos e comportamentos sociais, a exemplo das variantes “tu” e “você”, que ocorrem, por exemplo, de acordo com o nível de proximidade dos interlocutores em uma situação comunicativa. Por fim, os indicadores são aqueles que possuem pouca força de avaliação dos falantes, ou seja, variam de acordo com a idade, a região ou grupo social. Entretanto, não são julgados de maneira consciente e, muitas vezes, passam despercebidos diante das mudanças que ocorrem na língua. As variantes linguísticas geradas pela monotongação dos ditongos /ey/ e /ow/ são exemplos de indicadores que se isentam de valor social e estilístico.

Perceber a importância da presença coerente e respeitosa das variantes nordestinas no livro didático é também reconhecer que a cautela diante da forma como são retratados os falares de uma região é preservar sua cultura, sua identidade e heterogeneidade.

Observa-se que quando não há respeito ou mesmo reconhecimento na naturalidade inerente ao fenômeno da variação linguística, permanece a ideia da existência de uma superioridade intelectual que exerce uma força dominante sobre uma classe tida como inferior, frequentemente dominada. Desta forma, percebe-se uma distância enorme entre o que é proposto em termos de legislação, capaz de formar um sujeito crítico e com nível de letramento adequado a exercer uma cidadania plena (versão forte), e o ensino praticado, capacitando, quando muito, cidadãos com nível funcional de letramento (versão fraca), em nome de interesses comerciais, entre outros, de uma minoria. (BOCHENEK, 2013, p. 185)

Através do PNLD, a escolha do material didático para a área de linguagens e códigos deve ser realizada de maneira responsável. Afinal, é ao longo desses gêneros discursivos didáticos que serão constituídas as noções de variação linguística, preconceito linguístico, estigma social e variedades fonológicas (não só lexicais, como alguns livros consideram), a fim de desenvolver os conhecimentos da temática de maneira significativa. Por isso, tomamos as concepções teóricas para a discussão sobre o livro didático de Bunzen (2005), (2001) e Silva e Rocha (2019).

A respeito do debate sobre os estigmas sociais e o preconceito linguístico, sabe-se que há a extrema importância da presença, no livro didático, de variantes nordestinas no tratamento da variação linguística. Essa importância parte da necessidade de que os estudantes dessa região reflitam e observem a sua identidade no material, que é um significativo recurso para o processo de ensino-aprendizagem do fenômeno da variação linguística. Ou seja, a fim de que seja possível o reconhecimento das diversas maneiras de falar do nordestino a depender da região e

da realidade sociocultural a qual esteja sendo referida, deve-se ter a presença de referenciais reais, coerentes e contemporâneos. Para isso, um olhar não-estigmatizado precisa ser posto no livro didático, respeitando a diversidade e a particularidade de cada estado da região nordeste. Albuquerque (2006) aponta em seu livro “A Invenção do Nordeste e Outras Artes” que a origem de uma consciência dessa identidade regional parte dos fatores históricos que marcam a trajetória dessa região. Ele afirma que

são os fatos históricos e, principalmente, os de ordem cultural que marcariam sua origem e desenvolvimento como “consciência”. É a fundação da Faculdade de Direito, é a atuação do *Diário de Pernambuco*, é a invasão holandesa e a Insurreição Pernambucana, são as revoltas de 1817, 1824 e 1848, que são colocadas como origem desta identidade regional. A legitimação do recorte regional já não se dá com argumentos naturalistas, mas com argumentos históricos. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 90)

O autor também elucida que, a fim de manter uma identidade única e tradicional de nordeste e, principalmente, de nordestino, há uma tentativa de se retomar em diversas produções modernas um único referente ao imaginário desse povo. Assim, faz-se um “retrato fantasioso de um lugar que não existe mais, uma fábula espacial” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 91). Dessa maneira, tomando como enfoque o livro didático, deve-se perceber que a presença dessas variantes nordestinas tem de surgir através da realidade, sem uma pretensão de tradicionalismo, como afirma Albuquerque (2006).

Não é à toa que as pretensas tradições nordestinas são sempre buscadas em fragmentos de um passado rural e pré-capitalista; são buscadas em padrões de sociabilidade e sensibilidade patriarcais, quando não escravistas. Uma verdadeira idealização do popular, da experiência folclórica, da produção artesanal, tidas sempre como mais próximas da verdade da terra. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 91)

Essa relação do nordestino com a tradição não possui apenas como objetivo uma tentativa de integração do nacional, mas também a manutenção de um estigma social que é marcado pelos estereótipos. Assim, os julgamentos sociais que incidem sobre as variantes nordestinas são percebidos de maneira recorrente não só em produções com fins culturais, mas com fins didáticos.

Além disso, a respeito da adesão à tradição, sabe-se que ainda há um pressuposto entre o imaginário da coletividade que apenas a norma-padrão possui regras e uma organização sistemática. Essa ideia é formada, principalmente, pelo apego a uma tradição normativa. Isto é, como apontado por Bagno (2013), vê-se que “o termo regra se aplica exclusivamente às regras prescritivas, ditadas pela tradição gramatical, numa total desconsideração do que se entende por regra nas teorias linguísticas contemporâneas” (BAGNO, 2013, p. 94). Assim, os princípios morfológicos, sintáticos, semânticos e fonológicos que geram a variação linguística não são postos em pauta ao longo da discussão sobre a temática. Dessa maneira, exercícios típicos como a conversão de uma variação linguística para a norma-padrão são recorrentes nos livros didáticos e não possuem nenhum propósito significativo para o ensino-aprendizagem, a não ser estabelecer uma relação de superioridade à norma padrão. Assim, Bagno (2013) aponta o fato de que há uma ideia de maior

polidez e prestígio dessas regras, que denotam o que ele intitula de “manual de boas maneiras linguísticas”.

A ideia de que a gramática normativa é um “manual de boas maneiras linguísticas” está explicitada aqui sem rodeios. A referência a “todo civilizado” também embute o preconceito de que as “normas de polidez” são um dado universal (bem como o que se entende por “civilização”). (BAGNO, 2013, p. 97)

Assim, a ideia de desobediência a essas regras normativas reflete uma desobediência às regras de ordem social. Por isso, o tratamento da variação linguística no livro didático deve ser visto de modo profundo e transversal, a fim de que tais equívocos e pressuposições antiquadas e puristas sejam desmistificados e ressignificados.

4. OS ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 Natureza e características

No que tange ao aparato metodológico, pode-se caracterizar a presente pesquisa como de cunho qualitativo, descritivo-exploratório e documental-bibliográfico. Almejamos descrever, interpretar e analisar os dados dispostos em nosso objeto de análise. Por isso, pensando em uma investigação que tem como necessidade visualizar o comportamento e os padrões de linguagem dispostos no material (MOREIRA e CALEFFE, 2006), exploramos através de um olhar atento, os dados organizados no livro didático e no principal documento normativo que rege a educação brasileira – a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). Tivemos como objetivo perceber como a variação linguística é tratada pela norma curricular nacional e como são, de fato, efetivadas essas noções nos gêneros discursivos didáticos. Dessa maneira, diferente da pesquisa quantitativa que “lida com números e usa modelos estatísticos para explicar os dados” (BAUER e GASKELL, 2008, p. 22-23), nosso objetivo foi lidar com as interpretações das realidades sociais dispostas nos objetos de análise.

4.2 Categorias de análise

Como já mencionado, o nosso objeto de análise é formado pela BNCC (BRASIL, 2018) e por um livro didático, da editora Educacional, 2020, 1º edição, referente ao 7º ano do ensino fundamental. Foram analisadas as discussões sobre variação linguística através da perspectiva teórica da Sociolinguística Variacionista. E o corpus selecionado para a análise do livro é formado pelos questionários, atividades, textos, autores, gráficos e tirinhas das seções – unidades e capítulos – desenvolvidas pelos grupos editoriais. Essa seleção se deu a partir dos conceitos aqui elencados na fundamentação teórica, isto é, observamos se as noções referentes à variação, às variantes, aos condicionadores linguísticos, à norma padrão e aos fatores internos da língua são dispostos nos materiais de acordo com os pressupostos da Sociolinguística.

Ao longo da análise, apontamos o alinhamento dos aspectos linguísticos e sociais das variantes trazidas. E exploramos, principalmente, a característica atribuída e o enfoque dado acerca das variantes nordestinas nas obras. Observamos se há,

também, a presença das variantes lexicais, fonológicas e sintáticas ao longo das seções, ou seja, se além da variação que se dá no nível social, as explicações de caráter estrutural são elucidadas aos estudantes, pois, como apontado por COELHO, GORSKI, MAY e SOUZA (2012, p. 52)

Vale ressaltar que, na classificação dos dialetos em geral, os aspectos lexicais são menos sistematizáveis do que os fonético-fonológicos, morfológicos ou sintáticos, visto que esses últimos são condicionados por fatores internos, além dos externos, enquanto os lexicais estão intimamente ligados a fatores extralinguísticos, de caráter cultural, sobretudo etnográficos e históricos.

Em relação à Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), tomaremos como ponto de partida os resultados e as conclusões da pesquisa realizada por Rodrigues (2021) dispostos no livro “Transversalidade VIII: fonética, fonologia e ensino de língua portuguesa”. Dessa forma, elucidamos suas interpretações crítico-reflexivas sobre as habilidades e as competências que tratam acerca da variação linguística na proposta curricular. Partimos desse enfoque a fim de que observemos como se apresenta tal abordagem ao longo do que o documento propõe para os anos finais do ensino fundamental. Além disso, objetivamos elucidar como tais problemáticas teórico-pedagógicas apresentam-se, também, no livro didático aqui analisado. Assim, consideramos três pontos principais nas observações da autora.

O primeiro ponto a ser observado trata-se do problemático tratamento da variação linguística como um conteúdo pontual e não como um fenômeno linguístico transversal que deveria apresentar-se ao longo de toda a proposta curricular. O segundo está relacionado a qual concepção teórico-pedagógica é considerada a partir das habilidades e das competências que se propõem ser desenvolvidas pelos estudantes, ou seja, elucidamos se as noções trazidas condizem com os paradigmas teóricos da sociolinguística e se os aspectos pedagógicos para tais propostas são possíveis de serem realizados mediante o enfoque dado à temática pela organização curricular. Por fim, observamos se os componentes fonético-fonológicos são pontuados nas proposições sobre variação linguística, isto é, se os aspectos estruturais são colocados considerando a sua importância para a discussão, afinal, o debate sobre a variação linguística apenas em nível lexical não é o suficiente.

4.3 Procedimentos de análise

Veremos, no livro didático, como se comportam as noções sobre linguagem, interação e variação linguística. Para isso, veremos quais seções – unidades e capítulos – são destinadas a tais conceitos e como as concepções sobre os aspectos linguísticos e sociais se dão, ou seja, se as discussões dispostas possuem um embasamento teórico consistente acerca do tema e se o espaço destinado a tais apontamentos é o suficiente para que o debate sobre preconceito linguístico, estigma social, adequação e inadequação linguística sejam trabalhados de acordo com os paradigmas da teoria.

Observamos, também, se as noções acerca dos condicionadores linguísticos e sociais são trazidas de forma coerente e significativa ao longo do material, isto é, se abordam a discussão sobre o estigma contra certas variantes linguísticas gerado pelos julgamentos sociais dos sujeitos, que podem ser realizados de maneira

consciente ou inconsciente, através do nível de percepção do falante sobre a língua. Assim, os estereótipos, os marcadores e os indicadores da teoria sociolinguística são percebidos ao longo de nossos apontamentos como noções importantes e necessárias que introduzem a discussão sobre o preconceito linguístico e os estigmas sociais que existem de acordo com a variante.

Além desses apontamentos elencados, analisamos, também, se a variação linguística se dá de maneira pontual e não transversal ao longo do livro didático, assim como na BNCC (BRASIL, 2018); se os aspectos fonético-fonológicos dessa variação aparecem ao longo da discussão, trazendo uma profundidade à temática em nível estrutural e elucidando o porquê e como a variação se dá no sistema linguístico. E, por fim, se o Nordeste aparece como enfoque ou ponto de partida ao longo do que é elencado sobre variação linguística. E caso sim, se esse aparecimento é posto de maneira caricata ou estigmatizada.

5. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A fim de introduzirmos a análise e a reflexão a respeito das discussões sobre variação linguística no documento normativo que rege a educação em nível nacional – a Base Nacional Comum Curricular –, faz-se necessário apontarmos para as lutas e os embates ideológicos que perpassaram o contexto educacional ao longo das décadas, e que acabaram por introduzir, após muitos enfrentamentos e conquistas, novas concepções que respeitam e corroboram a heterogeneidade social e linguística. Para isso, sabe-se que

antes das mudanças que viriam a ocorrer em 1937 foi promulgada a Constituição Brasileira de 1934. Nela, o direito à educação, com o corolário da gratuidade e da obrigatoriedade tomou forma legal, além de ter declarado gratuito o ensino primário de quatro anos. A Carta de 1934 consagrou o princípio do direito à educação, que deveria ser ministrada 'pela família' e 'pelos poderes públicos'. (BITTAR e BITTAR, 2012, p. 159)

Assim, deu-se início, no texto legal, à diminuição das barreiras de acesso à educação para a maioria da população brasileira, não sendo mais restrita apenas à elite. Afinal, foi a partir deste período que o ensino passou a ser obrigatório a todos no Brasil, ainda que só voltado à primeira etapa escolar. E a partir de 1937, órgãos e programas que são hoje importantes para o sistema educacional brasileiro foram instituídos ao longo das décadas: o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), o Ministério da Educação, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as Leis de Diretrizes e Bases. Todos os órgãos e os documentos normativos acrescentaram, ao longo da história da educação, a criação de políticas públicas voltadas ao sistema de ensino e, dessa maneira, culminaram em avanços para o orçamento, o currículo e a pesquisa dos setores educacionais.

Dito isto, o enfoque que tomamos acerca da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), implementada em 2018, dá-se a fim de visualizarmos como os conceitos envolvidos à variação linguística são concebidos no documento. Sabe-se que a temática da variação e do preconceito linguístico só foram amplamente divulgados e discutidos a partir dos anos 2000, através da promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e da publicação do livro "Preconceito Linguístico: o que é, como se faz" de Marcos Bagno (1999), pois, até então, as práticas que reforçavam o ideal de

homogeneidade linguística ainda eram acentuadas entre os professores e a comunidade escolar, como apontado por Oliveira e Souza (2016).

Na Base Nacional, existem unicamente duas páginas que discutem acerca do tema. Rodrigues (2021) observa que o tratamento da fonética e da fonologia no ensino de língua portuguesa se dá com maior expressividade ao longo dos anos iniciais, afinal, o processo de alfabetização requer dos alunos uma maior percepção dos elementos fonéticos, a fim de desenvolver suas habilidades ortográficas. Nos anos finais, infelizmente, a abordagem desses aspectos estruturais, que são tão importantes para o (re)conhecimento acerca da variação e mudanças linguísticas pelos estudantes, é pouco explorada. Assim, a hipótese levantada pela autora para a elaboração dessa discussão parte do destaque atribuído pelos professores e pelas orientações curriculares aos aspectos extralinguísticos e à interação social, mas a escassa reflexão a respeito dos elementos estruturantes da língua, isto é, os processos fonológicos que aprofundam a discussão sobre variação linguística de maneira necessária.

Na página 81, as reflexões sobre mudança e variação são postas como importantes em quaisquer níveis de análise, ou seja, são colocadas pelo documento como operadores de todos os campos/esferas de atuação.

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. Esses conhecimentos linguísticos operam em todos os campos/esferas de atuação. (BRASIL, 2018, p. 81)

Apesar de apresentar a necessidade de discussão sobre o estigma social e o preconceito linguístico, o documento normativo não aborda explicitamente a importância de descrição dos elementos fonológicos que operam para o reconhecimento da estrutura da língua, os quais são os aspectos inerentes dos fatores linguísticos que motivam essa variação, para além da questão social. Como elencado por Rodrigues (2021),

enquanto a questão da variação linguística existir nos documentos oficiais reguladores do ensino dissociada dos diferentes níveis de análise da língua, a escola continuará a tratá-la em momentos pontuais e de maneira superficial. (RODRIGUES, p. 66)

Além disso, os condicionadores linguísticos e sociais que geram os julgamentos sociais diante de algumas variantes não são elencados ao longo das habilidades e competências. Reconhece-se a necessidade de tratar a respeito do preconceito linguístico e dos estigmas sociais, mas não se elucida de que maneira isso se dá e quais são os fatores que geram tais paradigmas sociais. Vejamos a seguir as habilidades apontadas pela proposta curricular para a discussão sobre variação linguística.

Tabela 1 – Habilidades – Língua Portuguesa – Ensino Fundamental Anos Finais

(EF69LP50) Elaborar texto teatral, a partir da adaptação de romances, contos, mitos, narrativas de enigma e de aventura, novelas, biografias romanceadas, crônicas, dentre outros, indicando as rubricas para caracterização do cenário, do espaço, do tempo; explicitando a caracterização física e psicológica dos personagens e dos seus modos de ação; reconfigurando a inserção do discurso direto e dos tipos de narrador; explicitando as marcas de variação linguística (dialetos, registros e jargões) e retextualizando o tratamento da temática.
(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.
(EF09LP12) Identificar estrangeirismos, caracterizando-os segundo a conservação, ou não, de sua forma gráfica de origem, avaliando a pertinência, ou não, de seu uso.
(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.

Fonte: Brasil (2018)

Percebe-se, inicialmente, a escassa importância que se dá no tratamento da variação linguística. Há apenas 4 habilidades elencadas de maneira expressa para a temática. Isso gera duas problemáticas principais para o tema: não se desenvolvem os aspectos pedagógicos necessários para o desenvolvimento de tais habilidades, de maneira consistente e delimitada. Além disso, promove a ausência de transversalidade no tratamento do tema. A Base Nacional considera a temática como um conteúdo que deve ser contemplado na educação básica de maneira pontual. Não há a presença desta discussão em outros componentes do documento que seriam de pertinência essencial.

Como pode-se perceber, a primeira habilidade (EF69LP50) está vinculada ao enfoque literário, a partir da elaboração do texto teatral e suas possíveis adaptações. Nesta habilidade, é evidenciada, de maneira expressiva, a variação linguística como pauta necessária a ser tratada, bem como suas variedades nos registros, dialetos e jargões, trazendo um aspecto importante para a discussão. A respeito das seguintes habilidades, que se referem ao componente linguístico nas situações orais, há uma evidência que é analisada por Rodrigues (2021): há uma dimensão ampla e superficial acerca desses conceitos os quais serão trabalhados com os estudantes. De acordo com as autoras, esta habilidade

é demasiado ampla, considerando-se o grande número de dialetos da língua portuguesa no Brasil. É, também, inespecífica, porquanto está dissociada, em todo o documento, dos diferentes níveis de análise da língua (como o fonológico, o morfológico e o sintático), o que é condição suficiente para a classificarmos como inexequível. (RODRIGUES, 2021, p. 70)

Apesar do tratamento dos estrangeirismos (EF09LP12) não tratar a variação linguística de maneira explícita, é possível perceber que o reconhecimento e a pertinência de tal variação para a conversação são de domínio da temática. A ressalva que temos a fazer é, novamente, acerca da ausência do componente estrutural da

língua ao longo do texto na discussão sobre o fenômeno linguístico da variação, ou seja, os fatores internos que são mediados pela fonologia. Além disso, tratando-se da norma-padrão (EF69LP56), é pontuado também, de maneira muito abrangente, o uso consciente e reflexivo de regras e normas. Torna-se problemático tal tratamento sem uma descrição mais detalhada, pois sabe-se que, na dimensão didática e pedagógica, não se deve delimitar o enfoque apenas à norma padrão, pois existem outras situações comunicativas que são adequadas a outras variedades mediadas pelos contextos informais. Deve-se refletir sobre a norma-padrão de maneira pertinente para o contexto de sala de aula, considerando os fatores sociais os quais os alunos estarão inseridos ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, nas competências elencadas pela BNCC (BRASIL, 2018) acerca da variação linguística, pontuam-se

- Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos.
- Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.
- Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos. (BRASIL, 2018, p. 83)

Neste fragmento, é possível observar, finalmente, os componentes estruturais das variedades linguísticas sendo elencados de maneira expressa. Além disso, a rejeição aos preconceitos linguísticos é pontuada, o que reforça a necessidade de se discutir sobre o tema. Nosso objetivo é perceber se tais pressupostos que regem as competências acerca da variação linguística são, de fato, concebidos nos materiais didáticos que aqui são analisados. Afinal, como dito anteriormente, discussões rasas que observam apenas os aspectos extralinguísticos não contribuem verdadeiramente para a formulação de perspectivas conscientes sobre os fatores que geram a heterogeneidade linguística e que denotam a necessidade de adequação linguística às diferentes situações comunicativas.

6. ANÁLISE DOS DADOS

6.1 LINGUAGENS E CIÊNCIAS HUMANAS

Produzido pelos autores Cassio Rocha Moura, Francisco Assunção, Maria da Consolação de Castro e Sílvio Rocha, o livro “Linguagens e Ciências Humanas” da editora Educacional, lançado no ano de 2020, em sua 1ª edição, para o 7º ano do ensino fundamental, foi produzido para alunos de uma realidade socioeconômica privilegiada. A rede Pitágoras, associada à editora Educacional, atende, em média, a 280 mil alunos da rede privada de ensino. Assim, utiliza-se o sistema de apostilas ao longo do ano letivo para o desenvolvimento dos conteúdos propostos pela BNCC (BRASIL, 2018). Ao todo, são 4 apostilas (C1, C2, C3 e C4). Nosso objeto de análise é o caderno um (C1), pois, de maneira pontual, colocados no primeiro capítulo, os conceitos referentes à variação linguística são elencados. Cada caderno possui 2 conteúdos por unidade que apresenta, no total, 4 conteúdos por apostila. E, infelizmente, assim como na BNCC (BRASIL, 2018), percebeu-se a falta de

transversalidade da temática ao longo dessa produção. Esse problema acarreta, muitas vezes, a falta de profundidade e importância que deveriam ser atribuídas a esse fenômeno que possibilita uma consciência linguística dos falantes a fim de que o preconceito linguístico seja combatido.

Diferentemente do livro analisado anteriormente, *Linguagens e Ciências Humanas* possui, também, uma parte específica para os conteúdos que devem ser trabalhados no eixo da produção textual. Assim, no componente de língua portuguesa, o enfoque que se dá é na análise linguística e na compreensão de textos, que geralmente são introduzidas por uma discussão prévia a respeito de algum fato social. Os tópicos elencados pela apostila em todos os capítulos são quatro: Entre em Ação; Zoom; Parada Obrigatória e Parada Complementar.

Em relação ao tópico “Entre em Ação”, geralmente propõe-se alguma atividade oral a ser desenvolvida pelos alunos, a fim de que todos discutam sobre os apontamentos iniciais que estão sendo levantados. No tópico “Zoom”, aprofunda-se a noção sobre algum conceito posto pelo capítulo. Geralmente, retoma-se ou aprofunda-se a dimensão que está sendo trabalhada. Os tópicos “Parada Obrigatória” e “Parada Complementar” são uma série de exercícios voltados a alguns textos que debatem acerca do conteúdo o qual está sendo elucidado. Esses textos geralmente são de gêneros diversos: tirinhas, poemas, cartas, gráficos etc.

Figura 1 – Unidade 1: Entre em Ação

UNIDADE 1

CAPÍTULO

1

Estudaremos neste capítulo:

- Variação geográfica
- Variação histórica
- Variação etária
- Variação profissional
- Variação social
- Variação situacional

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: A LÍNGUA EM MOVIMENTO

Você já sabe, mas não custa lembrar que o idioma existe com o objetivo de promover a interação entre os seres humanos. A língua de uma nação, juntamente com as outras linguagens, permite ao indivíduo relacionar-se com as pessoas à sua volta e transformar o mundo que o cerca.

Embora você ainda não tenha estudado todas as convenções do português, isso não o impede de utilizar o idioma adequadamente nas diversas situações comunicativas e de perceber a riqueza da nossa diversidade linguística. Obviamente, você já observou que o modo de falar das crianças se distingue daquele que é usado pelos idosos. As pessoas que vivem nas áreas rurais falam de maneira diferente das que moram nos grandes centros urbanos.

Finalmente, em um país conhecido não só pela extensão territorial, mas também pela diversidade dos hábitos sociais, culturais, artísticos, religiosos etc., é natural que haja regionalismos – palavras, expressões e falares típicos de determinadas regiões.



ENTRE EM AÇÃO

Analise, com atenção, as personagens que aparecem na ilustração desta página. Considerando o aspecto físico, podemos afirmar que elas apresentam muitas diferenças.

- Vamos enumerar pelo menos cinco características que as distinguem umas das outras?
- Você acha que, além da aparência, as personagens também utilizam linguagens diferentes, ou seja, em suas conversas cotidianas, elas empregam um vocabulário com as mesmas expressões idiomáticas, gírias e ditos populares?
- Qual dos personagens da ilustração mais se identifica com o seu estilo? Justifique sua resposta.

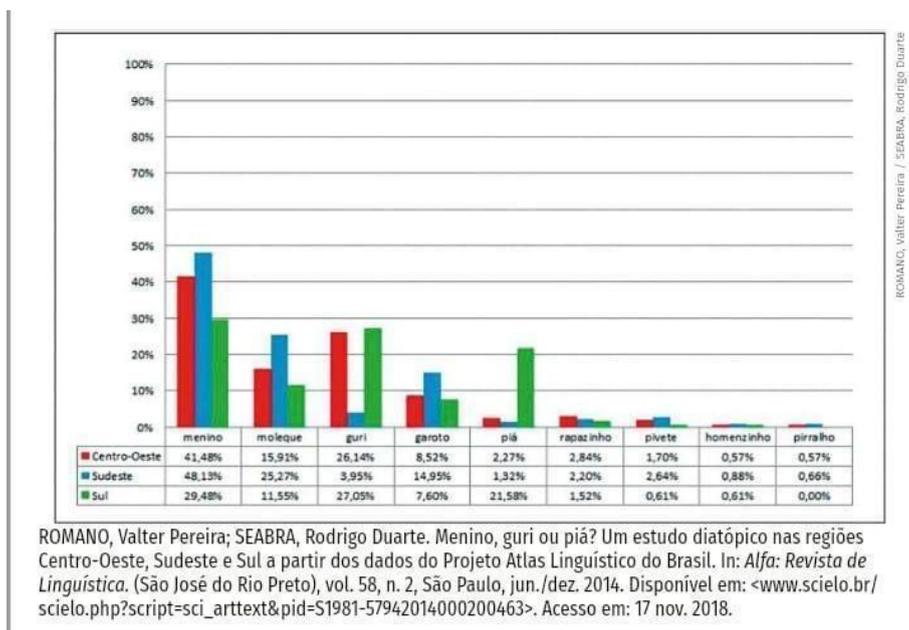
Fonte: Moura, Assunção, Castro, Rocha (2020, p. 4)

No início do capítulo, todos os tipos de variação linguística são postos como um roteiro do que irá ser trabalhado até o final. Os seis tipos são elencados (variação geográfica, variação histórica, variação etária, variação profissional, variação social e variação situacional) e após a discussão inicial estabelecida, o tópico “Entre em Ação” propõe a análise de uma imagem, fazendo com que os alunos discutam sobre as possíveis diferenças entre os sujeitos e a linguagem. Sugere-se que o aspecto físico seja relacionado às diferentes linguagens, ou seja, relaciona-se o emprego vocabular à aparência dos sujeitos da ilustração. Tal concepção denota um paradigma um tanto quanto contraditório. Afinal, a variação linguística propõe uma perspectiva totalmente contrária a essa. Tal relação estabelecida pelo livro reforça estereótipos relacionados a como as pessoas se apresentam esteticamente e como se dão as suas maneiras de falar. De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018, p. 83), uma competência que deve ser trabalhada com os alunos é de “discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca,

questionando suas bases de maneira crítica”. Entretanto, o livro estimula justamente o contrário, denotando que as variantes linguísticas se darão de acordo com os aspectos físicos dos falantes. Vê-se que há uma tentativa de homogeneizar os diferentes grupos sociais através das características estéticas dos indivíduos. Essa relação estabelecida pelo material gera, principalmente, estigmas sociais que, no contexto do imaginário nordestino, são reforçados por alguns grupos sociais preconceituosos através de um olhar que generaliza a figura e a língua de diferentes realidades linguísticas de uma região. E apesar do livro não relacionar diretamente essa generalização às variantes nordestinas, percebe-se que esse é um equívoco bem comum de ser visto com certa regularidade

Em seguida, para dar prosseguimento ao debate, o livro traz um gráfico com a conclusão de um trabalho desenvolvido pelos pesquisadores Valter Pereira Romano e Rodrigo Duarte Seabra, com o objetivo de saber como os habitantes de três regiões do Brasil respondiam à seguinte questão: “Criança pequenininha, a gente diz que é bebê. E quando ela tem de 5 a 10 anos, do sexo masculino?”.

Figura 2 – Unidade 1: Gráfico



Fonte: Moura, Assunção, Castro, Rocha (2020, p. 5)

A pesquisa foi desenvolvida apenas nas regiões centro-oeste, sudeste e sul. Isto é, toma-se como ponto de partida para a discussão tais variantes regionais e, infelizmente, o nordeste não aparece como enfoque. Os resultados e as conclusões obtidas são postos ao longo do texto, que traz, de maneira muito pontual, as regiões norte e nordeste para a discussão, elencando algumas variantes que são utilizadas. Entretanto, não se pontua quais são os estados do nordeste que produzem as variedades “traquino”, “sibite”, “picica” e “meninote” para se referir ao vocábulo garoto, como veremos no trecho a seguir, retirado do material. Essa falta de especificidade gera, novamente, uma ideia de homogeneidade da identidade sociocultural nordestina, não refletindo, por exemplo, sobre as particularidades de cada estado da região.

Tabela 2 – Unidade 1: Análise do gráfico

Observe, porém, que os pesquisadores não incluíram no estudo as regiões Norte e Nordeste. Se fôssemos contribuir com a pesquisa e acrescentar mais algumas palavras com o significado de “menino” ao gráfico, poderíamos sugerir, do Norte do Brasil, principalmente dos estados de Roraima e Pará, também as palavras “pequeno”, “zinho” e “curumim”. Já na região Nordeste, os moradores utilizam, entre outras, as palavras “traquino”, “sibite”, “picica”, “meninote”. Esse tipo de variação linguística recebe o nome de variação regional, regionalismo ou dialeto.

Fonte: Moura, Assunção, Castro, Rocha (2020, p. 5)

No tópico “Zoom”, após uma breve discussão sobre o que seria a variação geográfica, pontua-se o debate sobre o preconceito linguístico e a inexistência de um modelo linguístico imutável e perfeito. Discute-se sobre os julgamentos sociais atribuídos por questões etárias, sociais e geográficas. Assim, corrobora-se a ideia posta por Bagno (2013) acerca das regras do sistema linguístico.

Quando, porém, no discurso do senso comum (que também vigora nos livros didáticos), diz-se que determinado uso vai “contra as regras da língua” ou “desobedece as regras do português”, o que se está querendo dizer é que tal uso desrespeita as regras exclusivas e excludentes, padronizadas e escolhidas arbitrariamente como as “certas” pela tradição normativa. (BAGNO, 2013, p. 95)

Figura 3 – Unidade 1: Zoom

ZOOM

Atenção! É preciso entender que não existe um modelo linguístico ou que a única forma certa de uso da língua seja a que se assemelha à linguagem escrita e falada nos jornais e telejornais ou nos livros clássicos de literatura. Você deve compreender que, embora o português seja o idioma oficial do Brasil, a língua – que não é um sistema rígido, imutável – pode sofrer inúmeras alterações e adquirir diferentes nuances.

É um grande equívoco supor que uma forma é mais valiosa que outra. Esse tipo de atitude, que considera uma variante linguística superior à outra, tem até nome, sabia? Chama-se **preconceito linguístico**.

O preconceito linguístico, muitas vezes, é decorrente da intolerância associada a questões etárias, sociais, culturais, religiosas etc. Sendo assim, o prejulgamento em relação a esses fatores influencia o preconceito contra a fala típica de algumas regiões. Essa perspectiva cria a falsa ideia de que o linguajar de algumas pessoas é errado e o de outras é correto.

Fonte: Moura, Assunção, Castro, Rocha (2020, p. 6)

Em seguida, ao longo das páginas, vão sendo colocadas algumas sínteses sobre cada tipo de variação que, geralmente, estão vinculadas a textos de gêneros diversos. Na variação histórica, por exemplo, pontuam-se as mudanças das palavras “farmácia” e “produto”, que, antigamente, possuíam uma grafia diferente através do

uso do “ph” no primeiro vocábulo e “ct”, no segundo. Apesar da questão ortográfica ser posta em pauta, em nenhuma síntese discutem-se os processos fonológicos que ocorreram para a perda ou mudança de alguma letra nos vocábulos. Dessa maneira, não se promove uma reflexão sobre como e por que ocorreram tal variação na língua através dos componentes fonológicos.

Além disso, vê-se que a inconformidade teórica entre os conceitos de variação e variante aparece em algumas classificações postas pelo livro, a exemplo da variação histórica, profissional e social. Como apontado em nossa fundamentação teórica, esse é um equívoco que, apesar de já superado pela Sociolinguística, ainda é bastante comum de ser encontrado nos materiais didáticos. A variação é o processo que ocorre entre as variantes (ou variáveis) que estão em processo de disputa, sincronicamente, para a posição de prestígio de um mesmo referente.

Outro equívoco presente na classificação da variação histórica, observado, a seguir, na imagem 4, está na consideração dos encontros consonantais “ph” e “ct” como idênticos. Esse equívoco se dá pela mera inexistência de consoantes idênticas. Afinal, os segmentos fonéticos possuem 3 características principais que os diferem: o modo de articulação, o lugar de articulação e o vozeamento. Assim, quando há a diferenciação de algum desses aspectos na característica da consoante, há a existência de fonemas distintos. Percebe-se, na fonética articulatória, que a consoante “p” tem modo de articulação oclusivo e lugar de articulação bilabial. A consoante h é diacrítica, ou seja, não produz nenhum som sozinha. A consoante “c” tem modo de articulação também oclusivo e seu lugar de articulação é velar. Por fim, a consoante “t” tem lugar de articulação alveolar, ao passo que também é oclusiva. Ou seja, além da ausência do tratamento fonológico na discussão sobre a variação linguística, há também equívocos basilares deste nível de análise da língua tão essencial.

Figura 4 – Variação Histórica

Variação histórica

Essa variante ocorre devido ao dinamismo natural e ao constante movimento da língua através dos tempos. Nesse caso, as palavras sofrem alterações na grafia e, até mesmo, no significado. Veja, na imagem a seguir, que até 1943, quando foi aprovado o Formulário Ortográfico da Língua Portuguesa, a palavra “farmácia” era escrita com “ph” e não com “f”. Outra curiosidade é que o vocábulo “produto” era grafado com “ct”. Estranho, não? Mas, naquela época, ninguém considerava estranho o encontro de duas consoantes idênticas.



PHARMACIA N. S. AUXILIADORA
 Completo sortimento de productos químicos e pharmaceuticos allopathas e homeopaths. Preços sem competição.
 Esta pharmacia abre as suas portas a qualquer hora da noite. Deposito de preparados especiais para a cura de dores de dentes e ouvidos, de elixir eurentie, vinho reconstituante e especifico para vermes «Vermifugina».
ALFREDO SOUZA
 Rua de Santa Rosa, 47-A NITERÓI
 CONSULTAS DIARIAMENTE

Fonte: Moura, Assunção, Castro, Rocha (2020, p. 7)

Em relação à variação etária e profissional, que aparecem, a seguir, na imagem 5, são pontuados apenas os condicionadores sociais para as determinadas

adequações linguísticas que são exigidas nos diferentes contextos comunicativos. Na variação etária, reflete-se unicamente sobre as mudanças vocabulares que ocorrem entre avós, pais e filhos e o estranhamento que isso causa. Não se pontuam, por exemplo, as mudanças fonológicas que ocorrem em palavras comuns a jovens e idosos, utilizadas corriqueiramente, mas que, pelo distanciamento etário, são pronunciadas de maneiras diferentes. A exemplo o verbo “nascer”, que, a depender da faixa etária e da região, percebe-se um processo de ditongação de maneira mais acentuada entre os grupos mais velhos. Assim, o verbo é, em alguns casos, pronunciado com o acréscimo da semivogal *i*.

Além disso, a tira colocada a fim de tratar da variação etária traz o fenômeno da monotongação no vocábulo “demorô” e não propõe o mesmo para “maneiro”. Esse processo fonológico de apagamento de vogais em posição final de sílaba não é uma característica específica da variação etária, entretanto, o livro não explora tal discussão a fim de sanar o possível equívoco. Ademais, os processos fonológicos que poderiam ser explorados em cada tópico não os são, gerando uma ausência de embasamento teórico-fonológico que deveria ser proposto pelo livro. A respeito da variação profissional, são elencados os jargões utilizados por cada grupo de profissionais e discute-se como isso influencia no reconhecimento dos diferentes grupos e na maneira distinta de falar de tais sujeitos.

Figura 5 – Variação Etária e Profissional

Variação etária

Essa categoria decorre das variantes vocabulares empregadas por indivíduos de diferentes idades. Você, provavelmente, já ouviu seus pais ou seus avós falarem alguma palavra que não é utilizada habitualmente por pessoas da sua faixa etária. Por outro lado, eles também já devem ter questionado o sentido de alguma palavra que você tenha usado em alguma situação comunicativa. Essa diferença no modo de usar a língua por pessoas de idades diferentes é a variação etária. Veja que, na tirinha abaixo, os personagens empregam o modo de falar típico de pessoas da sua idade.



Variação profissional

Essa variante linguística, que é também conhecida como jargão, está associada ao emprego de um vocabulário específico utilizado por determinada classe de profissionais, tais como especialistas da informática, advogados, policiais, jogadores de futebol etc. Esse tipo de linguagem faz com que um grupo de pessoas se diferencie dos demais falantes da língua e pode demonstrar que uma categoria profissional, por exemplo, tem contato com textos estrangeiros e, por isso, acaba incorporando esse modo de falar. Leia o fragmento de texto abaixo, que mostra como isso acontece.

Para a variação situacional, os níveis de formalidade e informalidade são elencados pelo livro de acordo com as situações comunicativas estabelecidas. Além disso, pontuam-se as diferenças entre a escrita e a oralidade de acordo com a elaboração das mensagens. Discute-se que não há uma relação de superioridade entre as modalidades escritas e orais. E, assim, vê-se que, a depender da situação comunicativa, a variação linguística se dá a fim de que haja a adequação do discurso diante do que está sendo vivenciado pelos falantes. De acordo com Bagno (2013),

a reflexão mais avançada em termos de relações entre fala e escrita postula a existência de um espectro contínuo que vai do mais falado para o mais escrito, espectro atravessado pela variação estilística, que vai do gênero textual menos monitorado para o gênero textual mais monitorado. (BAGNO, 2013, p. 89)

Em relação à última síntese posta, acerca da variação social, há um equívoco gritante ao retratar tal variação. O livro estabelece uma relação de igualdade entre a variação social e a situacional.

Figura 6 – Variação Social

Variação social

Essa variante linguística, muitas vezes, aparece relacionada ao momento da enunciação do falante. Criam-se, dessa maneira, duas categorias de língua: uma que desfruta de maior prestígio social, porque é utilizada em livros, documentos, jornais, revistas, palestras, telejornais etc; e outra que é mais espontânea e é empregada em situações informais do cotidiano, tais como mensagens em redes sociais e bate-papos com nossos familiares, vizinhos e amigos. Vamos comparar algumas palavras e expressões empregadas nessas duas modalidades?

VARIEDADE PADRÃO	VARIEDADE NÃO PADRÃO
Maior cuidado com a pronúncia de palavras e expressões:	Abreviação ou alteração da pronúncia de palavras e expressões:
Vamos lá?	Vamo lá?
Está bom?	Tá bão?
Vocês querem?	Cês quê?
Vamos embora!	Bora!
Preferência pelo emprego do pronome "nós". Por exemplo: Nós estudamos a variação linguística.	Predominância da expressão "a gente" em vez de "nós". Por exemplo: A gente estuda a variação linguística.
Emprego de marcadores de concordância nominal e verbal. Por exemplo: As meninas vão apresentar a peça teatral.	Despreocupação com o emprego de marcadores de concordância nominal e verbal. Por exemplo: As menina vai apresentar a peça teatral.

Fonte: Moura, Assunção, Castro, Rocha (2020, p. 11)

Como pode-se perceber na imagem acima, dividem-se duas categorias para a língua: uma que desfruta de maior prestígio social e outra mais espontânea, usada em contextos informais. Desconsidera-se, por exemplo, o grau de escolaridade, o nível socioeconômico e o gênero dos falantes. Estabelece-se uma relação de igualdade entre esses dois tipos de variação quando apontam apenas para uma questão de formalidade ou informalidade. Além disso, consideram a norma-padrão como uma variedade. Esse equívoco teórico também já foi superado pela Sociolinguística. Afinal, tratar a norma-padrão como uma variante torna-se errôneo devido a uma idealização linguística estabelecida por ela, até mesmo para os falantes cultos da língua. A depender das relações simétricas ou assimétricas entre falante e

interlocutor, do contexto social e do t3pico discursivo, os falantes necessitam se utilizar de algumas adequa33es lingu3sticas para as respectivas situa33es comunicativas. Al3m disso, as marcas da oralidade e a aus3ncia de monitoramento em situa33es informais s3o fatores que influenciam diretamente para a inexist3ncia do tratamento da norma-padr3o como uma variedade lingu3stica poss3vel. Como elencado anteriormente em nossa fundamenta33o te3rica, Bagno (2013) elenca que

tamb3m frequente na maioria das cole33es 3 a considera33o inadequada da norma-padr3o (erroneamente designada como “norma culta”) como uma “variedade” (ou “variante”) de l3ngua (definida como a que goza de “maior prest3gio na sociedade” ou que aparece em “textos formais”). (BAGNO, 2013, p. 80)

O problem3tico apagamento dos tr3s fatores elencados acima gera uma no33o equivocada entre os conceitos de formalidade e informalidade e a falta de acesso de alguns falantes a um grau de escolaridade suficiente, pois a realidade de muitas fam3lias 3 a exist3ncia de um n3vel socioecon3mico de mis3ria que impossibilita a adequa33o lingu3stica dos sujeitos diante situa33es diversas. Essa aus3ncia de estabelecimento coerente e delimitado da defini33o da varia33o social influencia, inclusive, o desenvolvimento de no33es acerca do preconceito lingu3stico e dos estigmas sociais. Afinal, os estere3tipos s3o tra3os marcados socialmente, de maneira consciente e s3o s3o poss3veis de existir gra3as ao acesso 3 educa33o que gera tal consci3ncia. Por isso, desenvolver nos alunos a no33o de que nem todos possuem o acesso necess3rio para um olhar cr3tico-reflexivo acerca da l3ngua possibilita uma reflex3o sobre certos estere3tipos estabelecidos socialmente.

A respeito dos t3picos “Parada Obrigat3ria” e “Parada Complementar”, alguns exerc3cios de fixa33o s3o propostos. Como apontado por Bagno (2013), o exerc3cio mais comum de aparecer nos livros did3ticos de l3ngua portuguesa 3 o de passar alguma senten3a que esteja fora do padr3o estabelecido para a “norma culta”. A respeito deste exerc3cio, na p3gina 14, h3 um cartaz da SOS Mata Atl3ntica que utiliza de um registro informal para o jogo de ideias.

Figura 7 – Campanha



Fonte: Moura, Assun33o, Castro, Rocha (2020, p. 14)

A respeito desse texto, a questão 12 solicita aos alunos que passem tal construção para a norma culta da língua: “Se o autor resolvesse construir a frase de acordo com as convenções da norma culta, como seria escrito o texto verbal da campanha?” (MOURA, ASSUNÇÃO, CASTRO, ROCHA, 2020, p. 15). Tal proposição é muitas vezes desnecessária, pois descontextualiza todo o jogo de ideias estabelecido entre os componentes verbais e não-verbais da campanha a fim de que, apenas, o aluno realize tal conversão. Como aponta Antunes (2007),

o comando de passar para “a outra norma”, no contexto escolar, já traz embutida a ideia de que a outra “é melhor” (às vezes, a proposta é mesmo “para que os alunos corrijam a fala do outro”), o que vai reforçar todos aqueles mitos a favor da hegemonia de uma norma sobre as outras. (ANTUNES, 2007, p. 108)

No tópico Parada Obrigatória, há também, na página 7, ilustrada na imagem a seguir, um exercício que se refere ao texto “Asa Branca” de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira.

Figura 8 – Parada Obrigatória

PARADA OBRIGATÓRIA

Leia a letra da canção para responder às questões 1 a 3.

Asa branca

Que brasero, que fornaia	Inté mesmo a asa branca
Nem um pé de prantação	Bateu asas do sertão
Por farta d'água perdi meu gado	Intonce eu disse "Adeus, Rosinha,
Morreu de sede meu alazão	Guarda contigo meu coração".

GONZAGA, Luiz; TEIXEIRA, Humberto. *Asa Branca*. RCA/Victor, 1947. (Fragmento)

Fonte: Moura, Assunção, Castro, Rocha (2020, p. 7)

A fim de retratar a variante regional nordestina, propõem-se, de maneira estigmatizada e ligada a um imaginário tradicionalista da coletividade, os seguintes questionamentos:

Tabela 3 – Parada Obrigatória

- 2) Como a variedade linguística utilizada contribui para caracterizar o eu lírico da canção?
- 3) Embora esteja evidente a variedade regional, há vários versos que são construídos com base na norma-padrão da língua. Identifique alguns deles na canção e cite-os.

Fonte: Moura, Assunção, Castro, Rocha (2020, p. 8)

Em relação à segunda questão, percebe-se que há uma tentativa de restringir a imagem do sertanejo emigrante à figura do nordestino. Assim, estabelece-se a ideia de um nordeste formado por imagens depressivas que retratam a realidade da seca e da fome. Assim, como apontado por Albuquerque (2006),

um espaço regional, feito para permanecer no tempo; construído com o agenciamento de monumentos, paisagens, tipos humanos, relações sociais, símbolos e imagens que pontilham este território estriado pelo poder. É na memória que se juntam fragmentos de história, lembranças pessoais, de catástrofes, de fatos épicos que desenham o rosto da região. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 96)

Além disso, o ideal de superioridade da norma-padrão sobre as variantes regionais, principalmente em se tratando da região Nordeste, que é abordada de maneira estigmatizada, a refletir uma unidade linguística homogênea e sertaneja, é outra problemática trazida pelo livro. Afinal, pressupõe-se que se o falante utiliza a variação regional ao longo do seu discurso, é de se estranhar que também utilize a norma-padrão, a qual possui posição de prestígio na sociedade. Dessa maneira, estabelece-se uma ideia de homogeneidade do povo nordestino, que não traz as particularidades contemporâneas e reais de cada região, de maneira coerente. Assim, Albuquerque (2006) também afirma que

a volta para “dentro de si” do Nordeste, para buscar a sua identidade, o seu caráter, a sua alma, a sua verdade, dá-se à medida que o dispositivo da nacionalidade e a formação discursiva nacional-popular colocam como necessidade o apagamento das diferenças regionais e a sua “integração no nacional”. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 94)

Em relação à análise de algumas questões da “Parada Complementar”, não há nenhum texto que dê enfoque a alguma variante geográfica. Os conceitos elencados são de noção geral sobre a variação linguística e suas classificações. Além disso, percebe-se que o enfoque que se dá são as noções de formalidade e informalidade exigidas nas situações comunicativas, prevalecendo, assim, no texto, a variação situacional (ou estilística). Essa falta gera pouca reflexão sobre como algumas variantes de certas regiões têm maior prestígio sobre outras. Além disso, não se pontua o caráter identitário que cada variante geográfica produz, de maneira a impactar nas relações socioculturais. Assim, os estigmas e os julgamentos sociais não são colocados em pauta nesse sentido, o que não corrobora, em totalidade, a competência estabelecida pela Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 83): “Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.”

Percebendo o livro conforme o que a BNCC (BRASIL, 2018) propõe, vê-se que a competência referente a conhecer as diferenças prosódicas, lexicais, sintáticas e fonológicas também não ocorre totalmente. Afinal, essa última não é abordada em nenhum tópico proposto pelo livro. Como já mencionado anteriormente, não há como dissociar a língua de seu componente mais elementar: a fonologia. Não se discute cultura e linguagem apagando os conhecimentos linguísticos que são necessários para uma maior consciência e percepção do funcionamento da língua.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber, ao longo da pesquisa, que as incongruências teóricas elencadas como, por exemplo, o tratamento da norma-padrão como variante, o equívoco conceitual entre variação e variante linguística, a contradição existente entre o que se propõe elencar sobre os estigmas sociais e o que, de fato, é proposto pelo livro didático são equívocos que perpassam a obra aqui analisada. Além disso, a ausência de transversalidade no tratamento da variação linguística se dá, também, tanto na BNCC (BRASIL, 2018) quanto no livro “Linguagens e Ciências Humanas” (2020).

A respeito dos componentes fonológicos, pudemos também perceber que tanto na BNCC (BRASIL, 2018) quanto no material didático analisado não são pontuados os aspectos linguísticos que são de caráter importantíssimo para a discussão sobre a variação linguística. Esse dado mostra que há um distanciamento expressivo de um aspecto linguístico basilar para a discussão sobre língua, interação e linguagem.

Além disso, vimos que as variantes nordestinas não são elencadas pelo material didático de maneira expressiva. Observamos que há, sim, um estigma social atribuído a essas variantes em alguns trechos, que propõem uma homogeneização das variantes nordestinas em relação a uma única identidade sociocultural, como foi possível observar nas páginas 4, 5 e 7. Ademais, a variação geográfica como um todo não possuem um enfoque que se deveriam ter. Nos exercícios elaborados, há a proposta de classificar quais tipos de variação existem. Não se obtém uma reflexão maior sobre as especificidades regionais e a importância de suas heterogeneidades linguísticas para a cultura. Assim, concluímos que ainda existem muitas correções teóricas voltadas a Sociolinguística que precisam ser desenvolvidas nos materiais didáticos de língua portuguesa quando se trata do fenômeno da variação linguística. E os aspectos fonológicos necessitam, de maneira coerente e urgente, entrar em pauta, a fim de que os alunos desenvolvam uma consciência linguística de sua própria língua materna.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino**: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

BAGNO, M. **Sete erros aos quatro ventos**: a variação linguística no ensino de português. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. v. 1. 192p.

BAUER, M.W. & GASKELL, G. (org.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BELINI, R. G. C; SOUSA, M. M. F. **A variação linguística no livro didático**: um olhar sob a perspectiva sociolinguística. Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/5839>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

BOCHENEK, S. **Variação linguística e letramento**: uma discussão necessária. Toledo, 2013. v. 15. p. 173-188

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC/SEF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia do livro didático 2020**: séries/anos finais do Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 2020.

BUNZEN, C. S. O antigo e o novo testamento: livro didático e apostila escolar. **Ao Pé da Letra**, Recife, v.3, n.1, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/pedalettra/article/view/231468/0>. Acesso em: 26 jan. 2023.

COAN, M; FREITAG. R. M. K. F. Sociolinguística variacionista: pressupostos teóricos metodológicos e propostas de ensino. **Revista Eletrônica de Linguística**, v.4, n.2, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11618>. Acesso em: 10 ago. 2022.

COELHO, P. M. C. R. **O tratamento da variação linguística no livro didático de português**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2002116185839>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; MAY, G.H.; SOUZA, C.M.N. de (Orgs.) **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOURA, C.R.; ASSUNÇÃO, F; CASTRO, M. C.; ROCHA, S. **Linguagens e Ciências Humanas**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora e Distribuidora Educacional, 2020.

RODRIGUES, S.G.C; LEAL, T. F. **A BNCC em foco**: discussões sobre ensino de língua portuguesa. 1. ed. Campinas: Pontes, 2021. v. 1.

SILVA, E.M. Português/Linguagem: concepção de variações linguísticas em livros didáticos para os anos finais do fundamental. **Revista Virtual de Estudos de Gramática e Linguística**, [s.l.], v.7, n.2, 2019. Disponível em: <https://www.linguanostra.net/index.php/Linguanostra/article/view/132>. Acesso em: 26 jan. 2023.